

ENTREVISTA

Entrevista realizada pelo Professor Leonardo Mattos com a Diretora-Presidente do Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos, Ana Maria de La Merced Graña Guimarães dos Anjos, em 20 de julho de 2023, quando dos 6 anos do título de Patrimônio Mundial do Cais do Valongo

Ana Maria de La Merced Graña é Fundadora e diretora-presidente do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN Museu

Leonardo Mattos é professor de Geografia licenciado pela UFRJ e especialista em Cidades, Políticas Públicas Urbanas e Movimentos Sociais pelo IPPUR/UFRJ.

Email: leoc.mattoss@gmail.com

Apresentação

O Instituto dos Pretos Novos – IPN Museu Memorial, organização social de utilidade pública, reconhecida pela Lei Municipal n. 5.242, de 17 de janeiro de 2011, é de fundamental importância para a salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural afro-brasileiro e da região da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro. A referida instituição, que existe formalmente desde 2005, se constitui a partir da descoberta arqueológica realizada pelo casal Petruccio Guimarães dos Anjos e Ana Maria de La Merced Guimarães dos Anjos quando compraram imóveis na zona portuária carioca, em 1996. O então Cemitério dos Pretos Novos, descortinado com a ajuda de arqueólogos da Prefeitura do Rio e de instituições de pesquisa da cidade, fazia parte do complexo do Valongo que contava com o Cais – hoje, patrimônio mundial –, do lazareto e do Largo do Depósito, atual praça dos estivadores, onde eram vendidos os escravizados como mercadoria.

Merced e Petruccio, no IPN; Damião Braga, líder da associação de moradores e do Quilombo Pedra do Sal; Célio Oliveira, presidente do Afoxé Filhos de Gandhi; e Gracy Mary Moreira, bisneta de Hilária Batista de Almeida e líder da Casa da Tia Ciata formam o conjunto de organizações que mantêm vivo o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro da Pequena África. Essas instituições da sociedade civil foram basilares para a construção do Dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial da UNESCO, que culminou com a homologação do título, em 09 de julho de 2017. Pai Marcos César (Marquinhos), Mãe Edelzuita de Oxaguiã e Mãe Celina de Xangô completam a lista de personalidades cariocas que lutaram pela valorização da herança africana na região do porto do Rio.

Essa entrevista, cujas respostas foram transcritas da forma mais fidedigna possível à oralidade da entrevistada, visa chamar a atenção para que

nenhuma instituição governamental, seja federal, estadual e municipal, permita o apagamento ou o descaso de gestores públicos com o legado ancestral de africanos e africanas que desembarcaram forçadamente no Rio de Janeiro. Também representa, por meio de Merced Guimarães, de Petruccio Guimarães dos Anjos e do Instituto dos Pretos Novos, uma tentativa de registrar cada detalhe do processo de descoberta de importantes janelas arqueológicas no Brasil. Ademais, tal empreitada reforça a necessidade de preservá-las, fomentá-las e geri-las em conjunto com as comunidades locais, mantenedoras dos valores, símbolos e códigos associados ao conceito de bem do patrimônio cultural.

O Cais do Valongo é prioridade.

A Pequena África é prioridade.

As instituições de memória afro-brasileira também devem ser prioridade.

Cais do Valongo – Patrimônio Mundial.



Fonte: Arquivo pessoal – Merced Guimarães. Cedida ao autor (2023).

Leonardo Mattos: O que mudou na zona portuária após a descoberta do Cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo?

Merced Guimarães: De 1996 até 2001, nada mudou porque as pessoas tinham primeiro uma certa coisa com o cemitério. Um cemitério não é uma coisa legal, não é um lugar bom de se visitar, não era um museu. Aqui não era nada, simplesmente era uma casa onde se encontrou achados humanos e históricos de uma história que não se conhecia, nem estava nos livros de História, nem estava nos livros escolares. Ninguém imaginava que o cemitério fazia parte do complexo que englobava o maior mercado da escravidão, talvez do mundo. Aqui desembarcaram mais de um milhão de pessoas. Então, até 2001, nada mudou.

Leonardo Mattos: Como foi o processo de descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, hoje Instituto dos Pretos Novos?

Merced Guimarães: A prefeitura (do Rio) tinha uma pessoa incrível que era o diretor do Arquivo da Cidade, o Antônio Carlos de Ataíde. Ele soube dessa história, nos procurou e então ele falou assim: “isso aqui é muito importante e vamos fazer que seja conhecido pelo mundo”. Em novembro

de 2001, abrimos a nossa casa para o público. Teve banda de música aqui na rua e um seminário incrível chamado “cotas da escravidão”. Desse seminário, ele (Antônio Carlos de Ataíde) fez uma exposição no Arquivo da Cidade com alguns achados aqui de casa. No ano seguinte, essa pessoa incrível foi exonerada. O Secretário de Cultura da época adoeceu e a equipe pediu exoneração. Seu sucessor assumiu com uma outra cabeça, uma pessoa um pouquinho mais difícil, e aí não aconteceu a pesquisa. Não aconteceu mais nada por parte da prefeitura naquele momento.

Em 2002, a gente abriu uma galeria de arte dentro de nossa casa para manter esse lugar vivo. Para que as pessoas pudessem ir até lá e a gente contar essa história. Eu me lembro que, até 2003, a nossa casa estava começando ter um movimento. Para uma residência, era bastante frequentada. Tinha bastante gente. Certa vez, já eram duas horas da manhã, e eu me vi no quintal, sentada numa mesa, tomando café e comendo biscoito com um grupo de pessoas que contavam a história da escravidão e eu contava a história do achado. Aprendi muito com isso. Em 2003, um grupo de estudantes indignados montou um site que era o “Portal dos Pretos Novos”. Tivemos muita dificuldade com as imagens. Muitas imagens foram fotografadas de uns painéis do Arquivo da Cidade que estavam aqui. A minha sala virou um minimuseu e depois nós fomos pedir autorização para o uso dessas imagens. A gente levou um fora muito grande, na época, da então diretora que estava tomando conta do Arquivo da Cidade. Ela disse que a gente não tinha que fazer site nenhum. Quem tinha que fazer o site era a prefeitura e que a gente estava “se metendo” onde não deveria. E aí a gente continuou. Fizemos o site. Pelo menos a gente entendeu que naquele momento o site era a única ferramenta para poder se contar essa história. E aproveitando, também, contamos uma história de um outro cemitério que foi encontrado na década de 1980, lá no Jardim Botânico. Inclusive, temos até uma cópia da revista “Rodriguésia”, publicada pelo próprio do Jardim Botânico. Não lembro o número, mas eu tenho até o PDF dela, que fala do achado do cemitério de mil setecentos e pouco. O Jardim Botânico foi um engenho. O engenho da

Lagoa Rodrigo de Freitas e que pertencia a um senhor de mesmo nome. Poucas pessoas sabem disso, mas vale a pena pesquisar.

Leonardo Mattos: Quais foram as ações realizadas por você e por sua família e, posteriormente, pelo Instituto dos Pretos Novos para a salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural afro-brasileiro?

Merced Guimarães: A gente comprou dois imóveis ao lado da nossa casa com a intenção de fazer a garagem e ampliar o quintal. Acabou que com a quantidade de pessoas que iam visitando dia a dia a nossa casa, o meu marido (Petruccio Guimarães dos Anjos) falou assim: "bom, agora nós vamos fazer o seguinte: de noite, a gente guarda o carro, de dia a gente abre a garagem, bota um mesão grandão ali e à tarde você conversa com as pessoas, você recebe as pessoas, conta essa história, mas também não pode ficar até tarde não, porque aqui não tem nada a ver, fica até duas horas da manhã..." Ele reclamava bastante. E era um horário muito bom. Eu saía do meu trabalho lá da empresa, umas cinco horas da tarde e a gente começava a receber as pessoas. Eles ligavam para a empresa e agendavam comigo e aí a gente ficava assim naquela parte da tarde ou anoitecer na garagem conversando, contando histórias e ouvindo histórias também.

Em maio de 2005, houve uma proposta de fazer uma exposição na galeria de artes da nossa casa. O artista era o Hugo Ferreira, ele tinha umas estátuas, que ele chamava de "reliquias da Terra", e queria expor em nossa casa. Elas eram umas esculturas grandes. Uma delas foi colocada na calçada e a gente inaugurou essa exposição chamada "Sementes da Terra". Nesse dia, Marcelo Monteiro e Antônio Carlos nos trouxeram um livro. Outro dia eu encontrei esse livro, que se torna um livro ata. Ali nasce e é fundado o "Instituto Pretos Novos", no nosso quintal, na nossa casa. A parte da garagem ainda não estava boa para receber pessoas, porque esses dois imóveis que a gente tinha comprado estavam muito ruins. E aí, o que que a gente faz? Agora com o instituto, com o CNPJ, a gente vai

conhecer pessoas, em eventos no IPN. A gente estava em tudo que era evento que tinha na cidade sobre a questão afro e distribuíamos um material para mostrar que existia o cemitério, que existia um lugar importante na nossa região, mas naquela época as pessoas não davam muita bola, não. A gente dizia que tinha o Cais (do Valongo), ainda soterrado, e o cemitério. Contávamos uma história que a gente não podia mostrar. Tanto que aqui na região poucas pessoas vinham até o Cobrinha (ex-diretor do Centro Cultural José Bonifácio, atual Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira - MUHCAB, gerido pela Prefeitura do Rio), tinha uma certa dificuldade de levar pessoas lá para o Centro Cultural José Bonifácio, mas levava.

Leonardo Mattos: Qual a importância das obras de requalificação da zona portuária realizadas pela Prefeitura do Rio, durante a primeira e a segunda gestão do Prefeito Eduardo Paes, na implementação do “Porto Maravilha”, para a preservação e promoção do legado ancestral de origem e influência africana da região?

Merced Guimarães: Em 2009, entra a Prefeitura para fazer o Porto Maravilha. A gente conversa com uma pessoa da CDURP (a antiga Companhia de Desenvolvimento da Região do Porto, hoje Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, a CCPAR, da Prefeitura do Rio) que foi o Alberto Silva. Na época, quem era o presidente da CDURP era o Jorge Arraes, e o Alberto Silva era o braço direito dele. Ele conhecia tudo, ia em tudo que era obra, acompanhava tudo. Ele é um sociólogo e uma pessoa muito incrível. A gente comentava com ele que quando fosse abrir ali a (Rua) Barão de Tefé, que abrisse com cuidado. Não era só eu que falava, mas também, o Antônio Carlos Machado, que fazia parte de uma associação de moradores e também tem uma história incrível. Se isso aqui está assim (a Pequena África), é graças a esse grupo da AMAS, a Associação de Moradores e Amigos da Saúde, porque aqui era Saúde e não Gamboa. Depois, o bairro da Saúde ficou delimitado (em limites geográficos) a partir do Hospital dos Servidores. Parece que foi o Marcelo Alencar que fez isso,

essa doideira. Eles (a AMAS) conseguiram fazer aqui uma lei chamada "Sagas": Saúde, Gamboa e Santo Cristo de preservação.

Voltando à história, a gente falava com o Alberto e com o Machado que havia um cais ali muito importante debaixo do cais da Imperatriz, e o Alberto realmente chamou uma equipe de arqueologia para acompanhar a retirada de todo aquele asfalto, e descortinando o Cais do Valongo. Chegou uma hora que a doutora Tânia (arqueóloga) me chamou e disse assim: "eu estou muito preocupada que eles (a Prefeitura) venham encobrir de novo isso aqui. Seria muito legal se você chamasse as pessoas dos movimentos sociais para que o prefeito não cubra isso aqui." Na época, nós estávamos na transição de Lula para Dilma. As pessoas que estavam em cargos importantes como na Palmares (Fundação Cultural Palmares) e no Ministério da Cultura (MINC) estavam com cargos à disposição. Então, chamamos o Adair Rocha, do MINC, o Benedito Sérgio, que era da Palmares aqui do Rio, o Elói Ferreira (ex-ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR do Governo Federal), o finado Paulão, que era do CEDINE (Conselho Estadual do Negro e Promoção da Igualdade Racial, atualmente, CEDINEPIR) e o pessoal do COMDEDINE (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro). Só que o pessoal do COMDEDINE não veio naquela época porque estava em transição, em uma eleição, e parece que estava meio confuso lá. Nesse dia nós fizemos uma carta de intenção sugerindo que aquele lugar era importante e que faríamos várias reuniões para que o Prefeito (Eduardo Paes) não fechasse aquilo ali. E houve várias reuniões e o Prefeito (Eduardo Paes) bateu o martelo, deixando o Cais do Valongo aberto. Foi uma vitória muito grande. O Prefeito (Eduardo Paes) foi muito sensível aos pedidos. Alberto Silva (ex-presidente da CDURP), um sociólogo que morou em África (por) quatro anos, conhece muito bem essa questão e tem uma sensibilidade incrível; foi fundamental. E assim começa o trabalho, inclusive na gestão do Alberto (na CDURP). Eles chamaram uma equipe curatorial para fazer o dossiê do caso do Valongo e transformá-lo num patrimônio mundial, e assim aconteceu. Isso demorou de 2012 até 2016.

Leonardo Mattos: O que é a Pequena África para você, em relação a todos os processos que constituíram o Cais do Valongo e geraram o Cemitério dos Pretos Novos?

Merced Guimarães: O Cais do Valongo é pedra. Ele tem um valor simbólico muito grande, porém o cemitério dos Pretos Novos é a prova cabal. Vamos dizer assim, que tem os corpos daqueles que passaram por ali ou passaram por outros trapiches. Porque você tem vários trapiches naquela ocasião, inclusive o de propriedade do Antônio Leite, que foi um dos maiores comerciantes de escravizados. Ele que arrendou um pedaço de terra daqui das franhas do Morro da Saúde para a igreja de Santa Rita, visando criar o cemitério dos Pretos Novos. O mercado de escravizados foi transferido da rua Direita (atual Rua Primeiro de Março), na Praça XV (de Novembro), para cá (Valongo), porque, devido ao intenso movimento, as pessoas estavam reclamando que eles chegavam nus e sujos. Como a cidade já estava crescendo na região da Praça XV, eles não queriam realmente o pessoal ali.

Os escravizados desembarcavam, onde hoje é a Casa França Brasil, nas proximidades da Rua da Alfândega, e ali eles eram expostos em leilão na rua Direita. O Marquês do Lavradio transferiu o mercado de escravizados para o Valongo em 1769, até então uma região rural. O cemitério de Santa Rita gerava muitas reclamações também. Os enterramentos no Cemitério Santa Rita foram interrompidos e passa a haver os enterramentos aqui na região do Valongo, em 1774. Também por essa data, entre 1769 e 1774, começa o mercado da escravidão, com vários trapiches, mercadoria humana e outras mercadorias. Essa região começa a crescer bastante. Sem o Cemitério dos Pretos Novos, talvez não teríamos os ossos, evidencia material dos seres humanos que atesta a existência do grande mercado da escravidão situado no Cais do Valongo. Na verdade, foi um dos maiores mercados, talvez da América Latina e quiçá do mundo, considerando o Valongo e o Valonguinho.

A Pedra do Sal também nos remete a um momento muito importante, o desembarque do sal. O relevo hoje está totalmente diferente, mas o mar vinha até onde é o Cais do Valongo, e o Hotel Barão de Tefé não existia. A Pedra do Sal ia até ali, na rua Coelho Castro. Não era só aquele pedacinho. O Cais do Valongo ia até a Rua Ciata (Rua Tia Ciata), era um Cais bem grande, e a Pedra do sal desembocava nele. Sugiro ver as imagens de quando eles escavaram o Cais na Rua Coelho Castro. Todo esse complexo que engloba a Pedra do Sal, que era uma parte do Cais do Valongo, o próprio cais e o Cemitério dos Pretos Novos constituíam o maior mercado de escravos das Americas.

Leonardo Mattos: Qual é o seu sonho para o futuro do Cais do Valongo, a Pequena África e o Instituto dos Pretos Novos?

Merced Guimarães: Uma coisa que eu fico muito triste é que por ser o Cemitério dos Pretos Novos, por estar sendo cuidado por uma instituição privada e estar em terras privadas, é muito triste, a forma que a gente tem que disputar verba em editais para um lugar que é óbvio que tem que estar aberto. Aqui é um museu memorial de relevante interesse público. O Cemitério dos Pretos Novos é o único museu de arqueologia afro diaspórica do Brasil, e talvez do mundo, e a gente tem que mendigar recursos. A gente tem que pedir "pelo amor de Deus" por recursos. A gente não tem que pedir nada de por favor. Há uma obrigação, há um direito e um dever de reparação de manter este lugar vivo.

Leonardo Mattos: Muito obrigado pela oportunidade desse espaço-tempo, Merced. Foi um enorme prazer. Axé!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Funding Freedom, Popularizing Politics. Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil. *Luso Brazilian Review*, 47:1, 2010

_____. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. *Afro-Ásia*, (47), p. 161–197, 2013.

COWLING, Camillia. Debating Woomanhood, Defining Freedom: The Abolition of Slavery in 1880's Rio de Janeiro. *Gender & History*, 22: 2, p. 284-301, August 2010.

MATTOS, Hebe. O livro de ouro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.5, p.11-27, 2011.